

Brasília, 18 de maio de 2026

Seleção

Sumário

Super Interessante Online

Domingo, 17 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Quando surgiram e como funcionam as patentes?	3
--	----------

Exame.com

Domingo, 17 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

O papel da propriedade intelectual na competitividade do Brasil em saúde	6
---	----------

Folha.com

Domingo, 17 de maio de 2026 | Direitos Autorais

Ferramentas chinesas de vídeo por IA ultrapassam OpenAI e Google	8
---	----------

Folha do Estado Online

Domingo, 17 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Licenciamento de marcas: um caminho estratégico para o crescimento	10
---	-----------

Quando surgiram e como funcionam as patentes?



As raízes históricas, a evolução do sistema e os mecanismos legais que atualmente garantem apropriedade intelectual de invenções, produtos, obras e ideias

Patentes são mais que um 'trending topic': entenda a **propriedade industrial**, sua história de 600 anos e a importância estratégica para universidades. Garante exclusividade temporária ao inventor em troca de divulgação, impulsionando a inovação e viabilizando que tecnologias nascidas na pesquisa cheguem à sociedade.

Daniela Uziel é Doutora em biofísica e políticas públicas, diretora do Núcleo de **Inovação Tecnológica** (Inova), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Diego Allonso é Doutor em Biofísica, coordenador de Inteligência Estratégica do Núcleo de **Inovação Tecnológica** (Inova), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A primeira **patente** da história foi concedida em 1421, em Florença. Seis séculos depois, "**patente**" virou trending topic no Brasil. Só tem um problema: no meio do barulho, pouca gente consegue explicar o que de fato é uma **patente** e por que é importante que uma tecnologia nascida na universidade seja protegida antes de sair do laboratório.

Antes de mais nada, é preciso descomplicar. Quando se fala em "**patente**", normalmente se está fazendo referência à **patente** de invenção, um tipo específico de proteção inserido em um campo mais amplo: a **propriedade intelectual**. Esse conceito engloba os direitos sobre criações da mente humana, incluindo invenções, obras artísticas, marcas, **desenhos industriais** e outros ativos intan-

gíveis.

Dentro desse universo, existem categorias distintas, cada uma com regras próprias. **Direitos autorais**, por exemplo, protegem livros, músicas e filmes. Já as **patentes** se destinam a invenções - isto é, soluções novas para problemas técnicos com aplicação industrial, que podem se materializar em produtos ou processos inéditos. Esse tipo de proteção faz parte de um subcampo chamado **propriedade industrial**.

Mais de 600 anos de história

Embora pareça um tema contemporâneo, o sistema de **patentes** tem raízes históricas profundas. Há registros de mecanismos semelhantes ainda no século XV. Em 1421, o inventor italiano Filippo Brunelleschi recebeu o direito exclusivo de explorar comercialmente uma tecnologia que desenvolveu para transportar grandes blocos de mármore pelo rio Arno, em Florença. Poucas décadas depois, em 1474, a República de Veneza instituiu uma das primeiras legislações formais de **patentes**, estabelecendo proteção temporária a inventores em troca da divulgação pública de suas criações.

A lógica desse sistema permanece essencialmente a mesma até hoje: o inventor revela como sua invenção funciona e, em contrapartida, recebe o direito exclusivo de explorá-la comercialmente por um período determinado. Trata-se, portanto, de um equilíbrio entre incentivo à inovação e acesso ao conhecimento.

No Brasil, as primeiras normas relacionadas à proteção de inventores surgiram ainda no século XIX. Atualmente, o tema é regulado pela Lei nº 9.279/1996, conhecida como Lei da **Propriedade Industrial**. Essa legislação define o que pode ou não ser patenteado, quais critérios precisam ser atendidos - como novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - e o prazo de proteção, que pode chegar a até 20 anos a partir do depósito do pedido.

De forma direta, a **patente** é um título concedido pelo Estado que garante ao seu titular - que pode ser

uma pessoa física, uma empresa ou outro tipo de organização - o direito exclusivo de explorar comercialmente a invenção.

Durante esse período, terceiros não podem produzir, vender ou importar a tecnologia sem autorização. Em contrapartida, o inventor deve descrever detalhadamente o funcionamento da invenção, contribuindo para a difusão do conhecimento técnico. Ao final do prazo, a tecnologia entra em domínio público e pode ser utilizada livremente.

As legislações que regem as patentes no Brasil e no exterior

No Brasil, o órgão responsável por analisar e conceder **patentes** é o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Cada país possui sua própria legislação e sistema de concessão, embora existam acordos internacionais que facilitam a proteção em múltiplos territórios. Ainda assim, não há uma **patente** global única: a proteção é territorial e precisa ser requerida em cada país de interesse. Mesmo a proteção sendo territorial, a invenção precisa ser inédita no mundo, para cumprir o critério de "novidade".

Esse ponto confunde muito as pessoas: quando depositamos uma **patente** apenas no **INPI**, por exemplo, ela será protegida apenas no Brasil, mas a busca por documentos que sustentem sua originalidade pode ser feita em qualquer língua. Se houver qualquer material anterior publicado em qualquer lugar do mundo, que tenha revelado a invenção antes do depósito da **patente**, ela não poderá ser concedida.

Com o avanço tecnológico e a crescente complexidade dos mercados, as patentes deixaram de ser apenas um reconhecimento formal ao inventor. Tornaram-se ferramentas estratégicas. Em setores como o farmacêutico, por exemplo, a proteção por patente é parte central do processo de inovação. Medicamentos frequentemente são protegidos por múltiplas patentes, que abrangem desde o princípio ativo até processos de fabricação e formulações específicas.

O papel das universidades

Remédios como os da família dos monoclonais terapêuticos, por exemplo, acumulam centenas de pedidos pelo mundo, cobrindo a molécula, mas também novas formulações, métodos de fabricação e diversas indicações terapêuticas. Isso evidencia

que a patente não é o ponto final da inovação, mas um instrumento dentro de um processo mais amplo de desenvolvimento tecnológico.

É nesse contexto que se insere o papel das universidades. Ainda há quem enxergue essas instituições apenas como espaços de ensino e pesquisa básica.

No entanto, elas também são protagonistas na geração de novas tecnologias. Anos de investigação científica podem resultar não apenas em novos conhecimentos, mas também invenções com potencial de aplicação prática, que podem se consolidar em produtos e soluções para a sociedade.

Chuveiro elétrico: a história de uma invenção brasileira

Quando um pesquisador desenvolve uma invenção com aplicação industrial - como no caso da polilaminina - a universidade tem a responsabilidade de avaliar, proteger e buscar caminhos para que essa tecnologia chegue à sociedade. Isso inclui o depósito de pedidos de **patente** e, posteriormente, a **transferência de tecnologia** para empresas, por meio de contratos que autorizam a exploração comercial da invenção.

Esse processo é fundamental para que a inovação ultrapasse os limites do laboratório. Desenvolver um produto, especialmente nas áreas fortemente reguladas, como a saúde, alimentos e agro, exige investimentos elevados, infraestrutura complexa e etapas rigorosas de testes e regulamentação. Sem a segurança jurídica proporcionada pela **patente**, é menos provável de empresas assumirem os riscos necessários para transformar uma descoberta científica em um produto disponível à população. Ao mesmo tempo, ao assegurar a autoria da invenção, ter a **patente** significa poder transferir o direito de exploração para um ente capaz de produzi-la, seja ele privado, público ou do terceiro setor.

Assim, proteger uma tecnologia por meio de **patente** não significa "privatizar" a ciência, mas viabilizar sua aplicação prática. Trata-se de criar um ambiente em que o conhecimento gerado com apoio público possa ser convertido em benefícios concretos, mantendo um equilíbrio entre interesse público e incentivo ao investimento privado, em condições claramente estabelecidas.

Diante disso, talvez seja mais produtivo repensar a forma como o termo "patente" é utilizado no debate público. Em vez de tratá-lo como um elemento de

disputa ou suspeita, é possível compreendê-lo como um instrumento. Um mecanismo que, quando bem aplicado, protege o inventor (e a instituição a qual ele pertence), estimula o desenvolvimento tecnológico e contribui, ao final, para o avanço da sociedade como um todo.

AS MAIS LIDAS DA SEMANA Toda sexta, uma seleção das reportagens que mais bombaram no site da Super ao longo da semana. Inscreva-se aqui

Aceito receber ofertas produtos e serviços do Grupo Abril. Cadastro efetuado com sucesso! Você receberá nossas newsletters pela manhã de segunda a sexta-feira.

Daniela Uziel, Doutora em biofísica e políticas públicas, diretora do Núcleo de **Inovação Tecnológica** (Inova), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Diego Allonso, Doutor em Biofísica, co-

ordenador de Inteligência Estratégica do Núcleo de **Inovação Tecnológica** (Inova), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

This article is republished from The Conversation under a Creative Commons license. Read the original article.

O papel da propriedade intelectual na competitividade do Brasil em saúde



Também é fundamental reconhecer que **propriedade intelectual** e o acesso à saúde não são objetivos conflitantes, mas complementares

Por Amanda Spina, presidente da J&J; Innovative Medicine Brasil

A **propriedade intelectual** está mais presente no nosso cotidiano do que parece. Ela está nas músicas que ouvimos, nos aplicativos que usamos, nas tecnologias que facilitam a nossa rotina e, de forma muito concreta, nos avanços que transformam a saúde. Em essência, trata-se de um conjunto de regras que reconhece o direito de proteger as ideias, criações e inovações de uma pessoa ou de uma empresa, garantindo que essas invenções possam se transformar em soluções reais.

Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de **propriedade intelectual**. Nesse caso, há uma proteção concedida temporariamente a quem investe em pesquisa e desenvolvimento, considerando que houve aporte financeiro e riscos envolvidos nesse processo. Ao assegurar esse direito, o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** cria um incentivo para que novas ideias continuem surgindo. Após um período de 20 anos dessa descoberta ser submetida ao **INPI**, o conhecimento gerado se torna amplamente acessível. Sem esse mecanismo, empresas altamente dependentes de P&D; teriam menor previsibilidade e segurança em investir e reinvestir em novos produtos.

Quando trazemos esse conceito para o campo da saúde, a relevância da **propriedade intelectual** se torna ainda mais evidente. Desenvolver um novo medicamento ou tecnologia médica é uma atividade de alto risco e um dos processos mais complexos e incertos da economia moderna. São anos, muitas vezes décadas, de pesquisa, testes rigorosos e validações científicas, conduzidos por milhares de pesquisadores e com investimentos significativos. Estima-se que apenas entre 7% e 26% dos medicamentos que entram em fase inicial de testes chegam, de fato, ao mercado. Ou seja, a grande maioria dos esforços não se converte em produto final.

É justamente nesse contexto que um sistema de **propriedade intelectual** sólido se mostra essencial. Ele não apenas protege uma invenção, mas sustenta todo um ecossistema de inovação. Sem previsibilidade e segurança jurídica, o incentivo para investir em novas soluções diminui, o que impacta diretamente a possibilidade de novos tratamentos chegarem à sociedade e a velocidade com que isso pode acontecer. Segundo o estudo "Patents and Innovation: An Empirical Study", cerca de 60% das novas descobertas não teriam sido desenvolvidas sem a existência de **patentes**. Outro estudo, o "Patents, Innovation and Access to New Pharmaceuticals", destaca, por exemplo, que no Reino Unido, a ausência de proteção patentária poderia reduzir investimentos em pesquisa e desenvolvimento em até 64%. Esses números ajudam a dimensionar o quanto o sistema de **propriedade intelectual** está diretamente ligado à geração de novas terapias que podem mudar o curso da doença e a vida das pessoas.

Esse é um ponto central: inovação e segurança do direito de **propriedade intelectual** são investimentos no futuro. Parte do lucro obtido durante esse período no qual se detém exclusividade de exploração dessa tecnologia é investido na próxima descoberta.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem avançado nesse tema. Houve melhorias importantes nos processos relacionados à análise de patentes, com es-

forços relevantes por parte do governo para reduzir as filas de pedidos pendentes. Esses avanços são fundamentais e demonstram o compromisso do país em evoluir seu ambiente de inovação.

Ao mesmo tempo, ainda enfrentamos desafios que precisam ser endereçados. Um deles é a previsibilidade do sistema como um todo. Quando o intervalo entre o depósito e a análise para concessão da **patente** é longo, o detentor daquela inovação tem menos previsibilidade sobre os direitos dessa tecnologia. Historicamente, o Brasil leva quase uma década para concluir o processo de concessão da **patente**, e embora já existam iniciativas governamentais que buscam reduzir esse tempo para dois anos, os prazos ainda permanecem muito longos, e com isso, empresas multinacionais tendem a priorizar seus investimentos para mercados que ofereçam maior clareza e maior agilidade nos processos, o que, na prática, se reflete em uma demora maior da chegada da tecnologia em outros mercados.

O mercado, em geral, busca maior segurança jurídica e institucional. A falta de clareza de prazos, a ausência de compensação ao detentor em caso de mora injustificada nesse processo de avaliação; ou constantes debates sobre a "**quebra de patentes**" de produtos, geram inseguranças e afastam investimentos.

Por isso, é importante que essas discussões avancem com base em critérios técnicos, transparência e alinhamento com práticas internacionais, preservando o equilíbrio entre incentivo à inovação e interesse público.

Também é fundamental reconhecer que **propriedade intelectual** e o acesso à saúde não são objetivos conflitantes, mas complementares. **Propriedade intelectual** não é um mecanismo apenas para grandes empresas, mas pode ser uma grande alavanca também para universidades, pesquisas acadêmicas, entre outros. Estudos mostram que ambientes previsíveis e seguros tendem a atrair mais inovação e pesquisa e parcerias, com ela, mais opções terapêuticas para a população.

A discussão sobre **propriedade intelectual** não é apenas jurídica ou econômica. Ela é, sobretudo, uma discussão sobre futuro, sobre a capacidade de um país de atrair investimentos, desenvolver conhecimento e garantir que novas soluções cheguem de forma célere a quem precisa.

E, quando falamos de saúde, esse futuro tem um significado ainda mais direto. Ele se traduz em mais tempo, mais qualidade de vida e mais possibilidades para milhões de pessoas.

Ferramentas chinesas de vídeo por IA ultrapassam OpenAI e Google



Modelos da ByteDance e Kuaishou superam rivais ocidentais em realismo e escala

Plataformas como TikTok fornecem vastas bibliotecas de vídeos curtos para treinamento de modelos

Grupos chineses de inteligência artificial avançaram à frente dos rivais dos Estados Unidos na geração de vídeo, um campo de batalha fundamental na IA generativa que apresenta rápida adoção nos setores de publicidade, e-commerce e entretenimento.

Empresas como a ByteDance e a Kuaishou, sediadas em Pequim, estão treinando sistemas em vastas bibliotecas de vídeos curtos, o que lhes confere uma vantagem sobre os competidores americanos.

A mudança marca uma divergência na corrida da IA: enquanto OpenAI, Google e Anthropic ainda dominam os grandes modelos de linguagem (LLMs) e áreas como programação, suas ferramentas de vídeo estão atrás das ofertas chinesas em qualidade e usabilidade, de acordo com desenvolvedores e múltiplos rankings de uso.

O treinamento de modelos de vídeo exige grandes quantidades de imagens de alta qualidade, uma área em que as plataformas chinesas levam vantagem devido à propriedade de aplicativos de vídeos curtos, como o TikTok, e aos dados que eles geram. Alguns especialistas argumentam que os grupos chineses também têm sido mais agressivos no acesso a materiais protegidos por **direitos autorais**.

"A maioria dos modelos americanos que testamos não é muito boa na geração de vídeo", afirmou Ben Chiang, fundador da Director AI, uma startup que produz conteúdo gerado por IA, como desenhos animados e dramas curtos. Ele disse que controles de conteúdo mais rígidos limitam as ferramentas dos EUA e frequentemente produzem resultados menos realistas.

A Director AI utiliza principalmente o Kling, desenvolvido pela Kuaishou, alternando também entre o Seedance 2.0, da ByteDance, e o Hailuo, da startup MiniMax, dependendo da tarefa e do custo.

"Tudo se resume à qualidade e ao quão bem o modelo segue o comando (prompt)", disse Chiang, acrescentando que avanços recentes tornaram as ferramentas mais fluidas, especialmente na sincronização de áudio e na estabilização de vozes.

Para os criadores, as melhorias já estão remodelando a produção. "O Seedance 2.0 foi um divisor de águas para minha liberdade criativa", disse George Won, cineasta independente de IA e editor em Tbilisi, na Geórgia. "Ele lida com ângulos de câmera agressivos e velocidade sem perder o rosto do personagem ou o contraste de iluminação."

O Kling, o Seedance 2.0 e o HappyHorse 1.0 obtiveram pontuações altas no ranking Arena dos melhores modelos de vídeo, compilado a partir de votos de usuários na plataforma independente. Tais avaliações são vistas como mais confiáveis do que a maioria dos sistemas de comparação, para os quais os laboratórios de IA se otimizam e que não refletem necessariamente o desempenho no mundo real.

O modelo Veo 3, do Google, também é competitivo - especialistas dizem que ele tem vantagem pelo acesso às imagens do YouTube -, mas possui mais salvaguardas e limitações de conteúdo para desenvolvedores.

O progresso é sustentado pelo acesso a volumes massivos de dados de vídeo proprietários. ByteDance e Kuaishou operam algumas das maiores plataformas de vídeos curtos do mundo, o que lhes dá uma vantagem de treinamento difícil de ser replica-

da - especialmente porque o conteúdo de vídeo, ao contrário do texto, não pode ser facilmente coletado em escala.

Esta semana, a Kuaishou anunciou que está explorando opções para separar a unidade de negócios do

Kling e, potencialmente, buscar uma listagem independente na bolsa para capitalizar seu crescente negócio de vídeo com IA.

O uso desse material também atraiu escrutínio. A ByteDance enfrentou ameaças legais por supostas violações de **direitos autorais** ao permitir que usuários criassem vídeos com personagens, inclusive de filmes da Marvel e da série South Park, sem a devida permissão. O grupo chinês de **internet** prometeu aumentar as proteções.

Vários desenvolvedores e criadores disseram que restrições de conteúdo mais frouxas tornam os modelos chineses mais fáceis de usar na prática. Chiang afirmou que as ferramentas dos EUA "frequentemente encontram erros", negando solicitações por violação de termos de uso sem maiores explicações.

Para criadores individuais, as plataformas chinesas costumam ser mais baratas e flexíveis do que as alternativas ocidentais, oferecendo sistemas de assinatura ou pagamento por uso que permitem experimentação rápida. No entanto, a alta demanda pelo Seedance 2.0 desde fevereiro levou a restrições de uso e longos tempos de espera para alguns usuários.

Para clientes corporativos, a ByteDance adotou uma abordagem diferente. Para alguns clientes baseados nos EUA, ela exigiu grandes compromissos

iniciais, pedindo que pagassem cerca de US\$ 2 milhões para acesso e alocação de créditos, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto. A ByteDance não respondeu a um pedido de comentário.

A geração de vídeo requer muito mais tokens - as unidades de dados processadas por modelos de IA - do que texto ou áudio, tornando a implantação em larga escala cara. Em março, a OpenAI descontinuou seu modelo de geração de vídeo Sora, em parte devido aos altos custos computacionais.

Para as empresas que constroem sobre essa tecnologia, o salto recente na qualidade está abrindo oportunidades comerciais.

"Antes, os vídeos eram estranhos e robóticos - não atendiam aos padrões das marcas", disse Vincent Yang, CEO da Firework, que fornece infraestrutura de vídeo para sites de e-commerce. "Agora estamos no ponto em que não se consegue distinguir se é IA ou humano."

Yang disse que a tecnologia já está remodelando a publicidade ao permitir que marcas gerem vídeos em uma escala antes impossível. "Um varejista nos pediu para criar 100.000 vídeos para suas páginas de produtos", contou ele. "Sem IA, isso seria proibitivamente caro. Agora, cada produto pode ter seu próprio vídeo, e até múltiplas versões adaptadas para diferentes clientes."

Licenciamento de marcas: um caminho estratégico para o crescimento



O licenciamento de marcas é uma ferramenta poderosa para empresas que buscam expansão e relevância no mercado. Presente em diversos setores, essa estratégia funciona como um modelo de "aluguel" de **propriedade intelectual**.

O que define o licenciamento

Na prática, o licenciamento é a concessão do direito de uso de uma marca, personagem ou propriedade protegida por direitos autorais. O licenciador (dono do registro) permite que o licenciado utilize comercialmente esses ativos - como logotipos e nomes - em produtos ou serviços específicos.

Essa parceria é formalizada por um contrato que detalha o segmento de atuação e o prazo de validade. Para que o processo seja legalmente seguro, a marca deve estar registrada no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**, e o contrato deve ser averbado no órgão para ter validade perante terceiros.

Benefícios para ambos os lados

O modelo gera vantagens competitivas importantes tanto para quem cede quanto para quem utiliza a marca:

Índice remissivo de assuntos

Desenho Industrial	1,2,3
Direitos Autorais	1,2,3,6,7
Inovação	1,2,3
Marco regulatório INPI	1,2,3,4,5,8
Patentes	1,2,3,4,5
Propriedade Industrial	1,2,3,4,5,8
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,8